



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 5, v. 1 maio-out. 2016  
p. 121-131.

# Ensaio (travesti) sobre a escuta (cisgênera)

Leila Dumaresq<sup>1</sup>

**RESUMO:** Neste ensaio apresento o processo de escuta enquanto fenômeno social epistêmico e aprofundo a discussão sobre a importância e a utilidade da categoria "cisgênero" no empoderamento da travestilidade, assim como as outras identidades de gênero subalternas.

**PALAVRAS-CHAVES:** Travesti; Cisgênero; Escuta; Sociologia; Psicologia.

**Abstract:** In this essay I present the process of listening as a social-epistemic phenomena and expand the discussion about the cisgender categorical importance for the transvestite people's empowerment and other subaltern gender identities.

**Keywords:** Transvestite; Cisgender; Listening; Sociology; Psychology.

**Resumén:** En este ensayo presento el proceso de escucha como un fenómeno social epistémico y profundizo el debate acerca de la importancia y la utilidad de la categoría "cisgênero" en lo empoderamiento de la travestilidade y de otras identidades de gênero subalternas.

**Palabras clave:** Travesti; Cisgênero; Escucha; Sociologia; Psicologia.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Filosofia pela Unicamp. E-mail: contato@leila.dumaresq.nom.br

Recebido em 14/03/16  
Aceito em 20/05/16

## Introdução

Para que estes parênteses todos no título? Porque, entre todos os possíveis títulos, este é o que explicita com mais elegância<sup>2</sup> as capacidades de leitura que esta autora espera de seus leitores.

Como aprendemos nos manuais da gramática normativa, os parênteses contêm informação *adicional*, porém *não-essencial* para o entendimento do período. Oras! Não poderia haver melhor adjetivação para a condição epistêmica do par ‘travesti’ e ‘cisgênero’ que “*adicional, porém não-essencial*”. Trata-se de um modo bastante gentil de dizer que a condição é reconhecida, embora marginal. E se tratando de academia, gentileza pinta qualquer conceito com as cores da “neutralidade acadêmica”.

O que esperar então deste contexto de leitura?

O título que pareceria “natural” às nossas mentes colonizadas pelo saber hegemônico seria “*Ensaio sobre a escuta clínica de pessoas transgêneras*”, mas escrevo com um espelho na minha frente, porque se esqueço quem está escrevendo, a hegemonia começa a escrever através de mim, de tal modo que não faz nenhum sentido essa pessoa transgênera em uma posição passiva logo de início. Então retirei esta parte.

Mas o título “*Ensaio sobre a escuta clínica*” só teria algum valor se sucedido pelo nome de uma lumiar acadêmica da escuta clínica. Por sua vez, o nome que segue este título nomeia uma *ninguém* na comunidade dos especialistas. Então também retirei a ‘clínica’ da escuta. Esperando que a escuta clínica ainda guarde tanta correlação com o sentido social e epistêmico de *escuta* quanto com o aparato normativo que confere autoridade clínica a alguns indivíduos.

Como se trata do conhecimento adquirido por uma filósofa travesti a respeito das dificuldades para dialogar com a população cisgênera (inclusive os “especialistas” em “identidades trans”), o título poderia ser “*Ensaio travesti sobre a escuta cisgênera*”. Porém, também sabia que muitas pessoas leriam “*Ensaio travesti sobre a escuta*” enquanto outras tantas ainda leriam “*Ensaio sobre a escuta*”. Embora a última forma seja absolutamente desinteressante, a primeira tem a desvantagem de significar “*Mais uma travesti reclamando que não é ouvida*”.

De fato, o problema de entendimento com o título e com tudo que escreverei nestas

---

2 Não uma elegância hegemônica de ensaio fotográfico, mas uma *elegância travesti cotidiana*, do caleidoscópio de desvios performativos da norma, que constituem a expressão de uma subjetividade marginalizada.



páginas, eu não encontrei forma de remediar. Porém, com os parênteses explicito um saber: aquele produzido do olhar travesti aos clínicos responsáveis por nos diagnosticar. E ainda que de forma críptica, afirmo que minha escrita *conhece* sua leitura assim como nós, travestis, *conhecemos* da clínica que nos “conhece”.

Sei que se trata de um saber amplamente desvalorizado e desestimulado, porque o reconhecimento desse saber atrapalha a construção narrativa do profissional neutro e ético, comprometido com sua ciência e que prescreverá cuidados clínicos e terapêuticos apenas para o bem da saúde do paciente. Porém, se por um lado há situações nas quais essa narrativa é moralmente desejável, não se pode ignorar que há também uma história de controle social dos corpos, que Goffman descreveu sessenta anos atrás:

As pessoas que atraem a atenção de um psiquiatra normalmente antes atraem a atenção de seus conhecidos leigos. Aquilo que os psiquiatras enxergam como doença mental é normalmente visto primeiro pelo público leigo como comportamento ofensivo – comportamento digno de escárnio, hostilidade e outras sanções sociais negativas. O objetivo da psiquiatria sempre foi interpor uma perspectiva técnica: a punição é substituída pela compreensão e tratamento; a preocupação com o círculo social que foi ofendido é substituída pela preocupação com os interesses do ofensor. Eu me abstenho de comentar aqui sobre o quão infeliz foi para muitos ofensores receber essa boa sorte médica. (GOFFMAN, 2011, p. 132)

Não é necessário muito esforço para perceber que as populações de travestis, mulheres transexuais e homens trans estão entre aquelas cuja infelicidade Goffman “absteve-se de comentar”.

Em sua tese de doutorado, Larissa Pelúcio (2007) cunha as expressões “SIDAdanização” e “SUSjeitos da aids” para descrever a relação de travestis com o Estado. Ambas mostram que travestis passaram a ser alvo de políticas públicas por motivações sanitárias (que apenas tangenciam o direito à vida) e que tais ações acabaram por “enxertar” certos discursos e práticas, moldando a identificação das travestis entre si e, conseqüentemente, mudando a travestilidade. Ela também explicita que para além da preocupação com a saúde de travestis, o Estado também produziu formas internalizar a vigilância dos indivíduos sobre seus próprios corpos.

Assim sendo, não é possível que uma travesti entre em um consultório nas mesmas condições que uma pessoa cisgênera. Pois, para além dos sofrimentos psíquicos que a paciente trazer e independente da postura individual do profissional que atende, a relação já está marcada pela violência institucional, social e epistêmica.



O profissional de saúde mental não tem escolha sobre participar ou não dos processos de (re)ordenação social aos quais a travesti se submete. O poder que ele exercita tem origem no pacto social fundante de sua profissão. Queira ele ou não atender a travesti, apenas por exercer normalmente sua profissão em pessoas cisgêneras, já está endossando os protocolos de atendimento de travestis, mulheres transexuais e homens trans tanto quanto se os aplicasse, pois a aparência de normalidade somada à ignorância dos problemas contribui enormemente para o silenciamento epistêmico dos pacientes e suas demandas.

Diante da consciência do problema, posicionar-se diante dos seus pares profissionais para aperfeiçoar os processos de atendimento, contribuir com o conhecimento clínico e terapêutico é uma saída política e moralmente válida. Todas as outras alternativas são conformismo ou omissão.

O tempo das mudanças políticas é lento e o das mudanças sociais é mais lento ainda. É frustrante saber que mudanças só virão depois de muito tempo e que provavelmente não haverá respostas clínicas e terapêuticas para muitas angústias de uma paciente travesti. A “*Ciência*” do profissional é falha, mas a paciente ainda precisa ser escutada.

## Escuta?

Diferente de ‘ouvir’, ‘escutar’ pressupõe uma atitude atenta e ativa. Escutar só pode ser um ato de aprendizado, um engajamento com alguém capaz de referenciar o mundo e, portanto, conhecê-lo. Mas Goffman alerta que a comunicação com o paciente não basta, mas que é preciso considerar a sociedade como um todo e suas regras sociais gerais e circunstanciais:

Eu quero afirmar que quando a comunicação falada ocorre, a fala ocorre, ou espera-se que ocorra, apenas quando aqueles presentes uns aos outros se juntam num tipo especial de associação ritualmente bem marcada, um tipo especial de amontoado que podemos começar a pensar como um círculo conversacional. Quando ocorre uma impropriedade, como uma gesticulação maneirista, isto se torna digno de nota, e é notado não porque algo está sendo comunicado, mas porque as regras que tratam de como devemos nos comportar quando na presença de outros são quebradas. A comunicação verbal e não verbal é algo afunilado através de outra coisa. Esta outra coisa são os padrões aprovados de modos e associação ou coparticipação em cujos termos os indivíduos são obrigados a regular seus encontros. Agir de forma psicótica é, com muita frequência, associar-se incorretamente com os outros na sua presença imediata; isto comunica alguma coisa, mas a infração em primeira instância não é de comunicação, e sim das regras de cunhão.



São essas regras, e as unidades de associação resultantes, os modos sancionados resultantes de se encontrar e se separar, que supostamente fornecem um esquema naturalista em que muitos supostos sintomas psicóticos podem ser localizados e descritos sistematicamente. Quais são, então, as regras do comportamento apropriado na presença de outras pessoas? Quais são as unidades de associação, de encontros, que essas regras possibilitam e que fornecem o esquema em que todos os eventos face a face ocorrem, incluindo a comunicação face a face? (GOFFMAN, 2011, p. 137-138)

Nesta descrição de Goffman dos processos de “determinação” de uma psicose a partir do comportamento do paciente, o caráter socialmente construído do diagnóstico é explicitado. Também mostra como os processos de escuta e comunicação sociais são indissociáveis dos processos de escuta e comunicação clínicos.

Então, é necessário perguntar: como um psicólogo que não é interpelado socialmente como a travesti escutará uma pessoa que traz para o consultório uma vida marcada pela inadequação social? Como definir doença e saúde na psique travesti?

Por um lado, Goffman afirma que todo sintoma tem uma parte socialmente construída. Ele também afirma que todo sintoma, dependendo da situação social (e da narrativa daquele comportamento) pode não implicar um diagnóstico de doença mental.

Por outro lado, em seu livro *Stigma* (GOFFMAN, 1963), o autor faz diversas considerações sobre pessoas que “carregam” estigmas em suas identidades sociais, pessoais, de grupo. Tais estigmas são os preconceitos conhecidos, inclusive a transfobia. Através dessa leitura consegue-se perceber que o estigma trans é complexo, pois o gênero parece que está imbricado em todas as categorias identitárias citadas acima. O livro também mostra que os problemas característicos de pessoas que carregam estigmas é encontrar estratégias para lidar com as consequências da exposição (ou possível exposição) dos mesmos.

Voltando ao livro *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face* (GOFFMAN, 2011), no primeiro capítulo, publicado originalmente em 1955, o autor descreve o papel central que nossa *face* tem nas interações sociais. A *face* é o que conecta os indivíduos e seus comportamentos às normas sociais, permitindo que se expresse adequadamente e que seja *inteligível*.

Esse breve e específico recorte de descrição da razão diagnóstica foi escolhido por explicitar tanto a relação entre a escuta social cotidiana e a escuta terapêutica. Também por mostrar quão fácil é, em uma situação de estigmatização, tomar comportamentos e falas saudáveis como patológicos, assim como é difícil definir um conceito unívoco de “saúde



mental”, especialmente para pessoas estigmatizadas, pois não é tão nítido o que seriam oportunidades a aproveitar e proteções efetivas contra a violência e o medo.

## Cisgênero?

A palavra *transgender* surgiu nos anos 60 do século XX como alternativa para o termo *transsexual*. Ela foi proposta por teóricos que começavam a diferenciar identidade de gênero de orientação sexual. Todos esses termos foram propostos por pesquisadores *cisgêneros* para denominar o que eles consideravam um desvio comportamental.

Nos anos 90, a comunidade transgênera internacional começou a usar gradualmente o termo *cisgender* para designar pessoas que não são transgêneras. Meu texto *O cisgênero existe* (DUMARESQ, 2014) traz uma discussão detalhada dos sentidos semânticos e políticos de cisgênero incluindo seu uso no Brasil.

Entendo que a palavra cisgênero é hoje um caso bem-sucedido de *ocupação epistêmica*, pois foi adotada por diversas pessoas transgêneras, travestis, mulheres transexuais e homens trans para designar aqueles que não são tratados como transgêneros pela sociedade. Se, do ponto de vista teórico, vemos a palavra ser problematizada enquanto ação de política identitária, do ponto de vista prático, das filas de atendimento do SUS, das delegacias de polícia, hospitais e banheiros públicos é muito fácil identificar que pessoas estão sendo estigmatizadas como transgêneras e quais não estão<sup>3</sup>.

Sua capacidade de incomodar pessoas cisgêneras, especialmente especialistas das áreas de ciências da saúde e humanas, foi instrumental para mostrar a desigualdade epistêmica e discursiva entre pacientes e terapeutas, estudados e estudiosos. Pois, do mesmo modo que a palavra *transgênero* marca a pessoa como um objeto observado e estudado, para o qual há um corpo de conhecimento descritivo (produzido por pessoas cisgêneras), assim também a palavra cisgênero pressupõe uma pessoa transgênera que observa, escuta e conhece aqueles tidos como “normais” pela sociedade. E, principalmente, a palavra *cisgênero* é ótima para as *peessoas cis* entenderem que os rótulos, como o *transgênero*, são como cheques em branco para os “especialistas” que acabam descontados na conta da imagem social e política das pessoas assim rotuladas...

---

3 Há casos limítrofes de pessoas com expressão de gênero ambígua, neutra ou fluida que, embora sejam cisgêneras na maioria dos contextos, podem sofrer algumas violências de gênero associadas às pessoas trans. É necessário compreender que as expressões de gênero e corporeidades comportam grandes desvios do padrão e rupturas, servindo para representar tendências, mas são insuficientes para descrever cada caso individual.



## Episteme travesti e escuta cisgênera

Trouxe as definições de interação social em Goffman por ser um autor que procurava as estruturas sociais nas interações sociais individuais e em pequenos grupos. Pois ainda que performemos nossas identidades através de variações e desvios, a sociedade é *estruturada* e regulamentada pelo funcionamento das suas instituições locais, regionais, nacionais e internacionais<sup>4</sup>. Essa articulação entre indivíduo, subversão e instituições de poder não é estranha aos Estudos Queer. Embora ninguém consiga incorporar, sem desvios ou subversões, os *ideais de gênero* (ou o gênero ideal), sejam teóricos queer ou publicitários, todos conseguem reconhecer e manipular esses constructos socioculturais e comportamentais<sup>5</sup>.

Assim, podemos definir a travestilidade e as outras identidades trans como um conjunto amplo e variado de comportamentos, ações e afirmações de si, que produzem reações sociais, infelizmente, de estigmatização e marginalização. Os indivíduos criam sua identidade coletiva em sua história de alianças, pactos e códigos de sobrevivência e resistência.

Diversos autores já tentaram responder à pergunta “*O que é ser travesti?*” e não encontramos respostas satisfatórias. As travestis mais experientes, quando ouvem essa pergunta, respondem com acenos de cabeça e um sorriso irônico. Com o tempo eu entendi que aquela pergunta é praticamente impossível de se responder. Então, em minha trajetória pessoal de encontros e desencontros com travestis, acabei me chamando travesti. E finalmente entendi que uma pergunta muito mais produtiva é: *por que uma pessoa identifica-se travesti?*

A travestilidade – como qualquer categoria de gênero – é uma identidade transversal. Praticamente onipresente nos ambientes e situações sociais, conseqüentemente, é uma categoria importante para a autoidentificação e o autoconhecimento.

O cisgênero, por sua vez, é uma categoria como o branco é para raça, neurotípico é para a neurodiversidade, ou heterossexual para a orientação sexual. O que não representa problema social à pessoa, não leva o indivíduo a identificar-se com a questão. Para os indivíduos nessas categorias, o

---

4 Vivemos uma era de refugiados de guerras e de intensos debates políticos sobre como lidar com essas novas identidades sociais e políticas que surgem. Esses fatos sociais e sua relação com as ações individuais são inegáveis, assim como as estruturas políticas, econômicas e sociais envolvidas. O mesmo se pode dizer do gênero: a tese de Larissa Pelúcio (2007) também é um exemplo de como decisões políticas de saúde para a epidemia de AIDS impactaram tanto na cidadania quanto nas travestilidades que tiveram contato com essas políticas.

5 Regras e normas de comportamento são partes sempre presentes de nossa comunicação social. Exatamente como a comunicação oral ou escrita, permitem infinitas formas de expressão, não precisamos nem ser conscientes das regras, embora haja códigos mais ou menos formais dependendo do grupo social.



problema não é ele ser diferente do outro, mas o outro não ser igual a ele. Isso que leva às pessoas a quererem substituir um humanismo genérico pelas lutas específicas contra cada opressão.

Outra característica do cisgênero, que eu aponto no *Ensaio de epistemologia transgênera* (DUMARESQ, 2014), é que pertencer ao padrão e à norma pressupõe que as falhas são circunstanciais, enquanto que para a pessoa anormal são os acertos que são circunstanciais. Goffman diz algo similar a respeito dos comportamentos supostamente psicóticos:

Eu não conheço nenhum desvio de conduta psicótico que não possa encontrar um igual na vida cotidiana na conduta de pessoas que não estão psicologicamente doentes e nem são consideradas como tal; e em todos os casos podemos encontrar uma multidão de motivos diferentes para se engajar no desvio de conduta, e uma multidão de fatores diferentes que modificarão nossa atitude quanto à sua realização. (GOFFMAN, 2011 p. 140)

Ou seja, comportamentos, hábitos (e até compulsões) de pessoas cisgêneras no que toca a seu gênero podem ser lidas como corriqueiras, enquanto que o mesmo comportamento em uma pessoa não-cisgênera será visto como narcisista ou pervertido, por exemplo. Tudo depende das narrativas possíveis e da relação que a pessoa tem com as normas sociais para gênero.

A experiência mostra que sem treinamento para expandir sua visão, cada pessoa estará focada apenas em suas próprias dificuldades sociais e naquelas de pessoas próximas a ela, ignorando as dificuldades de pessoas com as quais não convive. Acostumamo-nos muito a ouvir histórias de vida em segunda mão, e isso nos leva a acreditar que é mais importante o relato ser fidedigno (seja lá o que isso signifique no contexto) do que o processo cognitivo da pessoa que está sofrendo a ação.

Infelizmente, muitas pessoas ainda acreditam que é um privilégio tornar algum grupo social como seu *objeto de conhecimento*. Porém, para de fato se humanizar uma pessoa é preciso lhe permitir não apenas a fala de si mesma, mas transformá-la em sujeito epistemológico<sup>6</sup> como o agente da escuta supõe ele mesmo ser.

O diagrama na Fig. 1 ilustra as funções de predicação de um sujeito cognitivo pleno. Tomo o termo predicação da filosofia, que é o ato e a capacidade de atribuir valores, propriedades e categorias a um objeto do nosso conhecimento. Os nós representam o sujeito epistêmico e o objeto do conhecimento. A identidade é o conhecimento e a fala de si na forma da

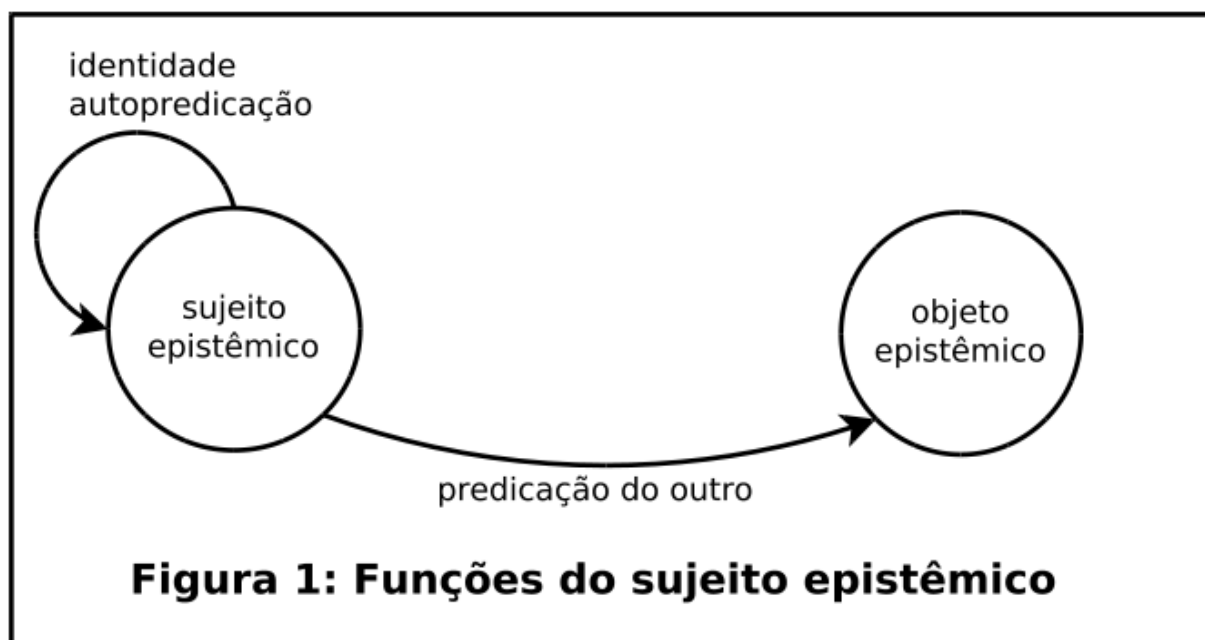
---

6 Considero equivalente os termos “sujeito epistemológico”, “sujeito de conhecimento” e “sujeito cognoscente”.





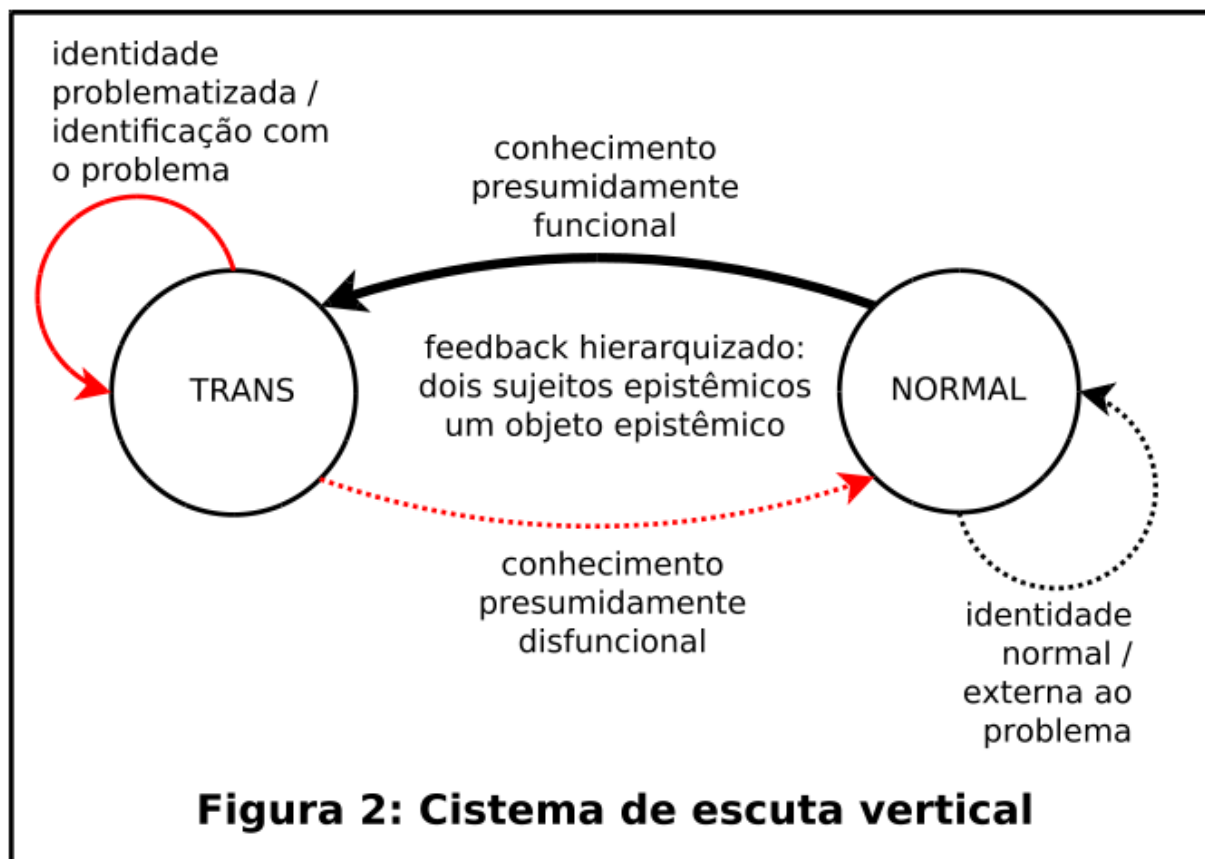
autopredicação; por isso é uma seta que começa e termina no próprio sujeito, que também é objeto de seu conhecimento. A predicação do outro é o ato e a capacidade de produzir conhecimento válido sobre algo ou outro.



Por sua vez, a Fig. 2 ilustra uma situação de escuta hierarquizada, na qual a cisgeneridade não pode ser mobilizada pelo sujeito travesti para expressar uma posição de conhecimento válida do outro. Não é apenas uma questão de poder enunciar a palavra cisgênero, mas de realmente interpelar o outro com seu conhecimento do mundo, que está protegido pela normalidade. Nessa situação parece que há dois sujeitos de conhecimento, mas o fato é que há apenas um único objeto de conhecimento. Pois presume-se que o “normal” está pleno de suas faculdades, não precisando nem ser enunciado, interpelado, problematizado ou descrito.

Todo o problema é a disfunção na vida da travesti, independente de onde seja colocada esta disfunção. É muito comum que o interlocutor cisgênero queira atribuir todos os problemas da travesti na sociedade como se ele mesmo não tivesse vínculo algum com questões de transfobia onipresente. É esse tipo de silenciamento epistemológico e de objetificação que essa atitude produz, pois ainda que seja permitido que a travesti fale de si, ela não tem permissão para construir relações entre a pessoa cisgênera e a sociedade problema. Desse modo, o conhecimento da pessoa cis da situação é supervalorizado, pois ela ainda pode interpelar a travesti de suas atitudes, pois seu olhar e sua escuta são “normais”. Como temos feito na internet, para explicitar que um sistema marginaliza travestis o chamamos de sistema.



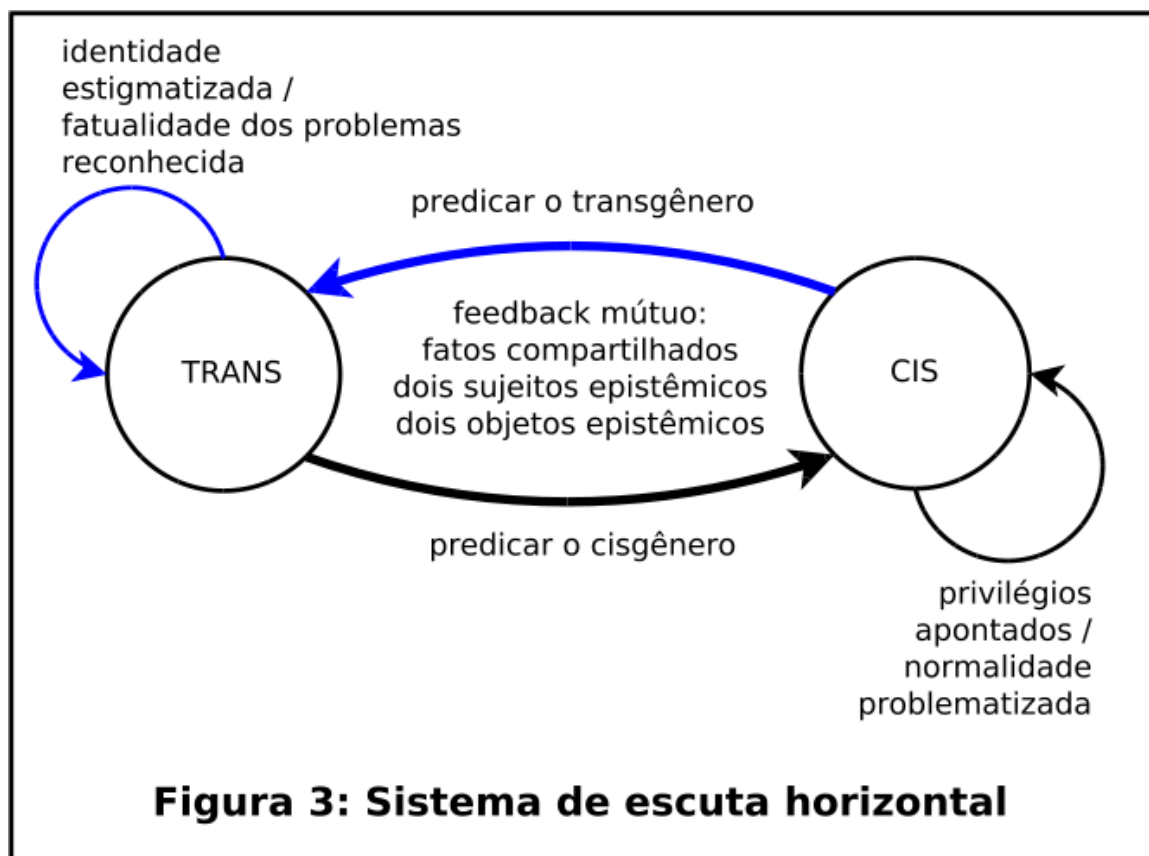


A terceira figura ilustra uma relação epistêmica horizontal, na qual os dois podem ser igualmente sujeitos e objetos de conhecimento. Agora sim: ambos podem ser objeto de conhecimento de si mesmos e ambos podem, reciprocamente, predicar o outro. Embora a identidade da travesti continue estigmatizada, pois ela o é. A travesti pode exercer controle da predicação que sofre através da predicação que pode fazer sobre as delimitações do próprio diálogo a partir das diferenças que ela vê em ambos.

A situação horizontal é mais complexa e mais rica porque não há o exercício direto da norma para “simplificar” (e silenciar) questões que possam ser levantadas pelo contexto. Isso valoriza a experiência direta da travesti não pelo viés da autoidentificação, mas pelo viés de suas alianças identitárias com “iguais”, suas alianças e estratégias de sobrevivência que provavelmente e frequentemente excluirão a pessoa cisgênera.

A diferença para a pessoa cisgênera é que agora ela foi necessariamente puxada para “baixo” e agora não pode mais escutar apenas como parte da solução, mas como um corpo também marcado, cuja expressão de subjetividade será privilegiada com uma presunção de inteligibilidade e racionalidade que a travesti não tem, embora expresse-se do mesmo modo.





O que se ganha nesse cenário é que, através do reconhecimento de saberes, terão a oportunidade de construir conhecimento de ambos para ambos a respeito das diferenças que marcam pessoas, indivíduos e subjetividades para a desumanização, a marginalização e a exclusão. Desse entendimento (in)surgem-se novas práticas e talvez a possibilidade de destruir as impossibilidades de escuta das travestis construídas ao longo da história e, especialmente, pela terrível história das doenças mentais a partir do século XIX.

### Referências

DUMARESQ, Leila. 7/11/2014. *Ensaio de epistemologia transgênera*. Disponível em: <http://transliteracao.com.br/leiladumaresq/2014/11/ensaio-de-epistemologia-transgenera/>. Acesso em 14/03/2016.

DUMARESQ, Leila. 15/12/2014. *O cisgênero existe*. Disponível em: <http://transliteracao.com.br/leiladumaresq/2014/12/o-cisgenero-existe/>. Acesso em 14/03/2016.

GOFMAN, Erving. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*; tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GOFFMAN, Erving. *Stigma: notes on the management of spoiled identity*. London: Penguin, 1963.

PELÚCIO, Larissa. *Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de aids*. 2007. 312 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

